

COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO -
COMGÁS

3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 3ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS
- CNPJ/MF: 61.856.571/0001-17
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Rafael Bergman
- Atividades: (i) a exploração de serviços públicos de distribuição de gás canalizado nos termos do Decreto Estadual nº. 43.888, de 10 de maio de 1.999, especialmente os concedidos por força do Contrato de Concessão de Exploração de Serviços de Gás Canalizado nº CSPE/01/99, firmado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)), na qualidade de representante do Poder Concedente - o Governo do Estado de São Paulo, em 31 de maio de 1.999 (“Contrato de Concessão”); (ii) a pesquisa, a exploração, a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte, a transmissão, a distribuição e a comercialização de gás combustível ou de subprodutos e derivados, de produção própria ou não; (iii) a aquisição, a montagem, a fabricação, a venda, a intermediação, a instalação, a manutenção, a assistência técnica e a prestação de quaisquer outros serviços, diretamente ou através de terceiros, relativos ao fornecimento de aparelhos, equipamentos, componentes e sistemas para aquecimento ou refrigeração, geração de energia, cocção e quaisquer outros equipamentos e produtos de energia; (iv) a produção de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termogeração, geração distribuída, cogeração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas, diretamente ou através de terceiros; e (v) a participação em outras sociedades, joint ventures, parcerias e empreendimentos, como sócia ou acionista.

Características da Emissão

- Emissão: 3ª
- Séries: 1ª; 2ª; 3ª.
- Data de Emissão (de todas as séries): 15/09/2013

- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/09/2019; (ii) 2ª Série: 15/09/2018; e (iii) 3ª Série: 15/09/2020;
 - Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
 - Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: GASP13/ BRCGASDBS010;
 - (ii) 2ª Série: GASP23/ BRCGASDBS028;
 - (iii) 3ª Série: GASP33/ BRCGASDBS036.
 - Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para o pagamento de notas promissórias comerciais, emitidas em 01/03/2013 (“Notas Comerciais”), sendo que os recursos captados mediante a emissão das Notas Comerciais foram destinados para o financiamento do programa de investimento da expansão, manutenção e suporte da rede de distribuição de gás natural, bem como conexão de novos clientes da Emissora, na região do Vale do Paraíba, baixada santista, região metropolitana de São Paulo e interior do estado, sendo destinados ainda a projetos de tecnologia da informação da Emissora (“Projetos de Investimento”).
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. **Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia:** (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE*, realizada em 26/04/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) caput do artigo 5º, em razão da deliberação que aprovou o aumento do capital social; e (ii) caput do artigo 2º, em razão da deliberação que aprovou a alteração da sede social.

*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- Atividade Principal: 35.20-4-01 - Produção de gás; processamento de gás natural;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- Liquidez Geral: de 0,76 em 2015 para 0,67 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 1,36 em 2015 para 1,52 em 2016;
- Liquidez Seca: de 1,30 em 2015 para 1,46 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,74 em 2015 para 0,65 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 30,7% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou aumento de 31,3% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 24,2% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 12,5% de 2015 para 2016, e uma variação positiva no índice de endividamento de 9,3% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de todas as séries): R\$ 1.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª série: não aplicável; (ii) 2ª e 3ª Séries: IPCA
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 100% do DI + 0,90% a.a.; (ii) 2ª Série: 5,10% a.a.; e (iii) 3ª Série: 5,57% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Juros:

15/03/2016 – R\$ 71,934582

15/09/2016 – R\$ 74,315218

→ 2ª Série:

Juros:

15/09/2016 – R\$ 64,652356

→ 3ª Série:

Juros:

15/09/2016 – R\$ 70,598770

- POSIÇÃO DO ATIVO:

GASP13 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 128.197

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 128.197

GASP23 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 269.338

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 269.338

GASP33 – 3ª Série:

Quantidade em circulação: 142.465

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 142.465

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros previstos no item 6.25, alínea “XIII” da Escritura de Emissão.

Seguem abaixo os índices financeiros acima mencionados:

**Índice de dívida líquida/EBITDA
em 31 de dezembro de 2016**

	<u>Millhares de reais</u>
Cálculo da dívida financeira total líquida	
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	393.495
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.291.531
Debêntures (principal + juros)	1.947.912
Caixa e equivalentes de caixa + Títulos de Valores Mobiliários	-
Dívida financeira total líquida (a)	<u>1.322.116</u>
Cálculo do EBITDA	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.312.517
Varição monetária líquida	173.999
Despesas financeiras líquidas	89.169
Depreciação e amortização	389.041
EBITDA (b)	<u>1.964.726</u>
Índice da dívida financeira total líquida sobre o EBITDA = (a)/(b)	<u>0,67</u>
Índice máximo da dívida sobre o EBITDA definido no contrato de empréstimo	<u>4,00</u>
2 Índice de dívida de curto prazo/dívida total em 31 de dezembro de 2016	
Cálculo do endividamento de curto prazo	
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	393.495
Debêntures (curto prazo)	71.443
Endividamento de curto prazo (a)	<u>464.938</u>
Cálculo do endividamento total	
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	393.495
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.291.531
Debêntures	1.947.912
Endividamento total (b)	<u>3.632.937</u>
Índice de endividamento de curto prazo/endividamento total = (a)/(b)	<u>0,13</u>
Índice máximo de endividamento de curto prazo/endividamento total definido no contrato de empréstimo	<u>0,60</u>

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Nota	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.108.336	1.967.643
Titulos e valores mobiliários		202.485	-
Contas a receber de clientes	6	479.751	513.981
Estoques	7	114.745	134.347
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8.882	1.584
Outros tributos a recuperar	9	50.424	115.480
Instrumentos financeiros derivativos	21	17.771	26.954
Recebíveis de partes relacionadas	10	1.049	1.240
Outros		29.393	28.751
		3.012.836	2.789.980
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	6	33.671	37.036
Transporte pago e não utilizado	8	244.006	204.725
Outros tributos a recuperar	9	12.624	13.540
Instrumentos financeiros derivativos	21	419.366	638.078
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	296.757	593.443
Depósitos judiciais		49.255	43.495
Outros		1.421	1.343
		1.057.100	1.531.660
Intangível	11	4.598.856	4.546.391
		5.655.956	6.078.051
Total do ativo		8.668.792	8.868.031

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	482.709	576.723
Fornecedores	13	1.226.634	1.302.397
Outros passivos financeiros		1.943	-
Pagáveis a partes relacionadas	10	7.528	3.095
Salários e encargos sociais		58.100	60.523
Imposto de renda e contribuição social correntes		73.482	-
Outros tributos a pagar		60.348	96.279
Dividendos e juros sobre capital próprio		70.781	3.426
Adiantamentos de clientes e outros		908	1.006
Outras contas a pagar		2.712	4.525
		1.985.145	2.047.974
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	3.587.366	3.246.344
Adiantamento de clientes e outros		19.502	21.815
Provisão para contingências	15	88.114	74.798
Obrigações com benefícios de aposentadoria	22	397.916	295.698
		4.092.898	3.638.655
Total do passivo		6.078.043	5.686.629
Patrimônio líquido			
	16		
Capital social realizado		1.312.376	1.143.548
Reservas de capital		395.133	563.961
Reserva de reavaliação		6.052	6.363
Reservas de lucros		990.900	1.525.230
Ajuste de avaliação patrimonial		(113.712)	(57.700)
		2.590.749	3.181.402
Total do passivo e patrimônio líquido		8.668.792	8.868.031

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Anexo 2

Demonstrações de resultados
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2016	2015
Receita líquida de vendas	18	5.657.246	6.597.017
Vendas de Gás		5.272.254	6.151.930
Receita de Construção - ICPC 01		339.025	408.086
Outras receitas		45.967	37.001
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	19	(3.174.134)	(4.580.204)
Custo do gás		(2.231.897)	(3.525.522)
Transporte e outros		(603.212)	(646.596)
Construção - ICPC 01		(339.025)	(408.086)
Lucro bruto		2.483.112	2.016.813
Despesas com vendas	19	(158.136)	(145.291)
Despesas gerais e administrativas	19	(722.853)	(694.859)
Outras despesas operacionais		(26.437)	(6.116)
Lucro operacional		1.575.686	1.170.547
Resultado financeiro, líquido	20	(263.169)	(181.889)
Receitas financeiras		292.408	238.620
Despesas financeiras		(555.577)	(420.509)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.312.517	988.658
Imposto de renda e contribuição social	14	(411.418)	(289.806)
Corrente		(85.878)	(84.773)
Diferido		(325.540)	(205.033)
Lucro líquido do exercício		901.099	698.852
Resultado por ação básico e diluído atribuído aos acionistas da Companhia, expressos em Reais por ação	17		
Ordinárias		6,93	5,37
Preferenciais		7,62	5,91
Total		7,08	5,49

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 21)

Para financiamento de suas operações e investimentos na infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia capta empréstimos e emite debêntures, cujas condições a expõem a riscos relacionados à oscilações de moeda estrangeira e taxas de juros. De forma a mitigar tal exposição, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, principalmente *swaps* de taxa de juros e câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (*hedge* de valor justo) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado são valorizados utilizando técnicas de valorização que geralmente envolvem o exercício de julgamento, uso de premissas e estimativas. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram testes de controles internos sobre o processo de identificação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Obtivemos a lista das instituições financeiras com as quais a Companhia detém contratos de instrumentos financeiros e obtivemos carta de confirmação sobre os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, efetuamos recálculo independente do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação as análises de sensibilidade, risco de taxas de juros e câmbio e a classificação dos instrumentos.

Designação e efetividade dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de proteção - *hedge* de valor justo (Nota explicativa 21)

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para gerir a sua exposição ao risco cambial e de taxa de juros, que surgem durante o curso normal do seu negócio. Quando apropriado, certos contratos de instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros (*swaps*) são designados para a contabilidade de proteção (*hedge* de valor justo) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia a variação da taxa de juros. Devido à relevância dos instrumentos financeiros protegidos, ao alto grau de julgamento e estimativas utilizadas e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de identificação, designação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia para demonstrar a conciliação entre o objeto do *hedge* versus o instrumento designado para contabilidade de proteção e efetuamos o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Consideramos ainda a adequação e suficiência das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5